



ESCOLA E VIOLÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS E FORMAÇÃO

Dagmar Dnalva da Silva Bezerra¹

INTRODUÇÃO

O fortalecimento da escola pode estar na heterogeneidade de seus alunos, entretanto, não é possível deixar fora de seus muros o preconceito e a discriminação contra aqueles que apresentam alguma diferença em relação a determinados grupos. As violências física, verbal, psicológica, por exemplo, permeiam o dia a dia da(o) aluna(o) que não se enquadra nos padrões estabelecidos valorizados pela maioria. Ser mais alta(o) que a média das(os) demais ou mais baixa(o), ser mais gorda(o) ou mais magra(o), ser negra(o) ou albina(o), falar com sotaque (variedade regional), por exemplo, são motivações para *chacotas*, xingamentos e agressões físicas. Para buscar o enfrentamento de tal realidade, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO) elaborou um programa de 'Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao *Bullying*' para serem implantadas nas escolas estaduais. Diante disso, nos questionamos quais são as concepções que esse programa governamental apresenta sobre o fenômeno *bullying*², e que ações ele propõe para um efetivo combate à violência escolar. Porque, como nos expõe Fante (2005), o fenômeno *bullying* é o mais preocupante, dentre todos os tipos de violência que ocorrem na escola, por sua crescente disseminação entre os alunos, podendo atingir forma quase epidêmica.

O objetivo desse trabalho foi o de analisar os conceitos, as concepções e propostas de ação do *Programa de Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying* elaborado pela Seduc/GO para as escolas da rede estadual, e outras categorias, correlacionadas aos estudos e conceitos sobre violência na escola, nortearam os rumos deste trabalho, tendo em vista o

¹ Mestre em Educação - Faculdade de Educação – UFG. E:mail: dagdnalva@hotmail.com

² A palavra *bullying*, de origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar (SILVA, 2010, p. 21).



alcance de uma compreensão do cenário atual em que se encontra a escola e as ações elaboradas para se alcançar um espaço educativo mais justo, mais humanizado. “A realidade atual mostra um mundo ao mesmo tempo homogêneo e heterogêneo, num processo de globalização e individuação, afetando sentidos e significados de indivíduos e grupos, criando múltiplas culturas, múltiplas relações, múltiplos sujeitos” (LIBÂNEO, 2005).

Nesse cenário, o objetivo desse trabalho foi o de analisar as propostas de ações para o enfrentamento da violência nas escolas públicas estaduais indicadas no Programa elaborado pela Seduc/GO. A partir dessa análise, também objetivamos conhecer a partir de quais concepções de violência a Seduc/GO elaborou o programa *antbullying* e compreender como essa proposta de intervenção na escola poderá contribuir para, de início, minimizar o problema da violência nas escolas. Assim, o desenvolvimento desse trabalho se justifica, a partir da necessidade de formação e envolvimento profissional e social dos atores (professores, grupo gestor, família) com a questão da violência, da intolerância na escola e das situações preconceituosas e racistas em que as minorias são hostilizadas por um grupo que se considera superior.

No ano de 2011, a Seduc/GO lançou um programa de combate à violência nas escolas estaduais com foco no enfrentamento ao *bullying*. O programa trouxe para a escola ânimo para a contínua busca pela superação de ações e reações violentas, que têm contribuído para um clima escolar de insegurança (GUARESCHI; SILVA, 2008), mas também suscitou indagações sobre como o programa pensa a violência na escola e quais foram as ações propostas para um efetivo enfrentamento e combate ao *bullying* na escola. A pretensão desta pesquisa foi reconhecer no programa elaborado pela Seduc/GO um instrumento real de combate à violência e um recurso de apoio aos professores para o enfrentamento do *bullying* na escola.

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: UM NOVO TERMO PARA VELHAS PRÁTICAS



Por ser a violência uma reação humana complexa, que é gerada a partir de causas variadas, advindas de uma multiplicidade de fatores e significados, que envolvem uma série de dimensões materiais, corporais e simbólicas (DINIZ, 2009), fica cada dia mais urgente a tomada de decisões em busca de uma resolução eficaz no estabelecimento de uma cultura pela paz em todos os segmentos da sociedade, incluindo nesse bojo a instituição escolar. De acordo com Amorim (2007, p. 13),

A escola no Brasil, sobretudo a pública, tem função primordial no combate a violência, pois lá seria um dos locais adequados para se aprender lições de cidadania. E, geralmente, os estudantes das instituições de ensino mantidas pelo governo são oriundos de meios sociais nos quais a possibilidade de imersão no universo da violência é muito maior, uma vez que o contato com formas marginais de viver é muito próximo.

Outro ponto, que deve ser observado, é que a escola tem gerado tipos de violência distintos dos que ocorrem nos demais espaços sociais. Há que se observar que existe uma violência escolar. Para Elias (2011, p. 11),

A expressão 'violência escolar' engloba uma multiplicidade de práticas heterogêneas que se apresentam juntas, entrelaçadas. É, portanto, uma constelação. Envolve qualquer tipo de violência que ocorra no contexto escolar, com qualquer pessoa ou instituição que tenha vínculo direto e indireto com a escola.

A partir dessa compreensão é possível perceber que as interações produzidas na escola geram conhecimento, aprendizagem, todavia também geram conflitos passíveis de serem resolvidos nos limites do diálogo, como pelas vias da violência. A variedade de interações negativas na escola gera uma diversidade de violências que requer tomada de decisões diferenciadas por parte dos seus gestores (ELIAS, 2011). Sendo a escola um espaço próprio de relações humanas, há a possibilidade de, por meio de suas práticas, socializar os princípios do respeito, da tolerância e do viver bem em comunidade.

Claro que não se pode atribuir somente à escola pública toda a tarefa de formar cidadãos em um país que não colabora nessa empreitada. Talvez possa se mostrar útil nas orientações quanto à resolução de conflitos



pela via do diálogo ou nos ensinamentos acerca [...] de leis e regras de convívio em sociedade (AMORIM, 2007, p. 15).

Para expor, ainda mais, a fragilidade da escola na conjugação de esforços para a extinção de ações violentas em suas dependências, surge um novo termo que define um tipo de violência que lá ocorre, o *bullying*. De acordo com Silva (2010), o termo *bullying* é utilizado para se referir a todos os atos de violência física, moral, psíquica, que ocorrem de forma intencional e repetitiva praticado por um *bully* (agressor) contra uma ou mais pessoas, numa relação de paridade, impossibilitados de reagirem às agressões sofridas. A palavra *bullying* é derivada do termo *bully*, que no inglês significa “indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão (SILVA, 2010). Esse tipo de violência provoca um mal estar na escola, que contribui para a evasão e repetência de alunas(os), se tornando, portanto, um problema da escola, da gestão e do Estado.

Nesse contexto de perdas da eficácia da escola no desempenho de sua função, é imprescindível entender a violência, do tipo *bullying*, como um grave problema a ser resolvido na e pela comunidade escolar, visto que “as agressões do *bullying* não devem ser confundidas com agressões corriqueiras, casuais, pois aquelas se caracterizam pela sua intenção de magoar e causar danos, e pela sua repetição contra um mesmo alvo, causando-lhe sérios transtornos físicos, cognitivos e psicológicos, sendo este último tipo o mais grave (PEREIRA, 2009, p. 7).

O *bullying* é alimentado pela incompreensão da diversidade que compõe a sociedade, e que se repete na escola, gerando, conseqüentemente, discriminações por etnia, religião, comportamentos, sexualidade, entre outras. E “as instituições educacionais se veem obrigadas a lidar com fenômenos como o *bullying*, que embora sempre tenha existido nas escolas de todo o mundo, hoje ganha dimensões muito mais graves” (SILVA, 2010, p. 64).

O termo *bullying* pode ser uma palavra nova nos meios informacionais, nos discursos dos governantes ou nos trabalhos acadêmicos, como este. Contudo, para quem pensa a educação e seu caráter socializador, este tipo de violência escolar revela tão somente que, na atual organização social, “ser diferente pode representar um papel difícil de se exercer em uma sociedade que estimula e prega a massificação dos modos de vestir, agir e pensar” (SILVA, 2010, p. 80).



As formas sócio-histórico-culturais que estruturam as relações de gênero e diversidade na escola estruturam hierarquias praticadas nos demais ambientes sociais, o que podem favorecer ações, atitudes de discriminação, preconceitos e fobias. Isto, às vezes, é banalizado nas abordagens feitas pela mídia, como as telenovelas, por exemplo. “A banalização da violência, [...], produz consequências importantes no âmbito da unidade escolar ao estruturar formas diversas de sociabilidade que retiram o caráter eventual ou episódico de determinadas práticas de destruição ou de uso da força” (SPOSITO, 1998, p. 5). A reflexão crítica, a não-violência e a construção da cidadania só poderão ser alcançadas através da formação constituída na e para a sociedade como um todo, através do processo educativo. Diante disto, combater o *bullying* ou qualquer outro tipo de violência na escola ou fora dela requer mais do que programas paliativos que objetivam atuar em espaços selecionados, sem levar em consideração todo o contexto que gera essa violência.

Um programa de prevenção e enfrentamento ao *bullying* é relevante à medida que discute e proporciona a desconstrução de preconceitos, a eliminação de elementos que, dia a dia, impedem as trocas e interações sociais no espaço escolar, comprometendo os processos de ensino e de aprendizagem. Somente assim será possível a promoção da igualdade e da equidade, possibilitando abrir caminho para a transformação da realidade, porque a pretendemos mais justa. A análise do programa para enfrentamento dessa realidade de violência e preconceitos à diversidade nas escolas públicas estaduais de Goiás e de suas possibilidades efetivas quanto à prevenção ao *bullying* é o que propomos a seguir.

O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA SEDUC/GO

Depois de variados movimentos pela disseminação da cultura pela paz nas escolas, como o Programa Paz na Escola, implantado em 2000 nas escolas estaduais goianas (GONÇALVES; SPOSITO, 2002), por exemplo, a Seduc/GO propôs um novo programa de combate à violência nas escolas da Rede: “Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao *Bullying*”. O seu lançamento



se deu no dia 07 de abril de 2011, em uma escola estadual localizada na região sul da capital. De acordo com a Secretaria de Educação “A escolha deste colégio não foi aleatória”, mas em função de nessa unidade, recentemente, “um aluno ter sido esfaqueado, após sofrer intimidações e insultos por parte de um dos colegas no ambiente escolar” (GOIÁS, 2011). Triste coincidência, o início da efetivação desse programa, em Goiás, ocorreu no mesmo dia em que um jovem pôs fim à vida de doze estudantes de uma escola municipal do Rio de Janeiro. “Casos como esses só comprovam que as consequências do *bullying* são graves” (Idem).

O programa de combate à violência na escola, elaborado pela Seduc/GO, incluiu desde cursos de formação para os professores e os estudantes, passando pela criação de núcleos *antbullying* nas unidades escolares, até a proposição de articulação com outros programas já existentes, como Movimento Cidadania e Paz, Espaço de Cidadania e Amigos da Escola. Tendo como principal objetivo “preparar a comunidade escolar para identificar e combater casos de violência física e psicológica, praticadas por um indivíduo ou grupo no meio escolar, o chamado *bullying*” (Idem). Especialmente, porque esse tipo de violência dificulta a vida dos estudantes, que por medo passam a ver a escola como espaço de sofrimento.

A efetivação do programa nas escolas se daria por meio do Núcleo de Programas Especiais (Nupes), departamento que liga a Seduc/GO diretamente às unidades escolares da Rede. No primeiro ano do programa, as escolas da capital, da cidade de Aparecida de Goiânia e do Entorno de Brasília teriam prioridade, porque, de acordo com a Secretaria, são as regiões que mais registraram casos de *bullying* no estado (GOIÁS, 2011). Regulamentado pela Lei estadual nº 17.151, de 16 de setembro de 2010, que trata da inclusão de medidas de conscientização e impugnação ao *bullying* nos projetos pedagógicos das escolas públicas, o formato do programa está alicerçado em um curso para a formação dos professores das escolas estaduais na modalidade semipresencial (Idem).

A primeira etapa do curso de prevenção e enfrentamento ao *bullying* foi concluída em 31 de agosto de 2011, sob a coordenação da Gerência de Programas Transversais, vinculada à Superintendência de Programas Educacionais Especiais da Seduc/GO. De acordo com a Secretaria, nesta



primeira etapa, o programa atendeu 267 cursistas, entre eles, professores, gestores, estudantes e outros servidores da Educação que trabalham em escolas das subsecretarias regionais de Aparecida de Goiânia, Luziânia, Planaltina e Trindade, além da Metropolitana (Goiânia).

Os relatórios publicados pela Seduc/GO, sobre o programa *antbullying*, não esclarecem quais foram os temas discutidos no curso de formação dos professores das escolas estaduais, que dele participaram. Informam apenas que o curso ocorreu na modalidade semipresencial e que teve duração de 40 horas/aula, sendo que 30 horas foram na modalidade a distância e 10 horas foram na modalidade presencial, sendo que estas últimas foram destinadas ao reconhecimento e manuseio da plataforma e-Proinfo (sala de aula virtual; ambiente educativo na internet) do Ministério da Educação (MEC) e à apresentação do plano de ação a ser feito coletivamente por todos os participantes de cada escola envolvida no programa. Uma vez que este teve como objetivo “preparar a comunidade escolar para prevenir a prática da violência, promover a cidadania e contribuir para a construção de uma cultura de paz na escola” (GOIÁS, 2011).

A segunda etapa, prevista para iniciar em setembro de 2011, onde seriam atendidos 320 cursistas de escolas jurisdicionadas às subsecretarias regionais de Goiatuba, Campos Belos, Formosa, Luziânia, Itumbiara, Goianésia, Planaltina e Silvânia, não consta do relatório das atividades realizadas pela Seduc/GO no ano passado.

A REALIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NAS ESCOLAS

O programa de ‘Políticas de Prevenção e Combate ao *Bullying*’ para as escolas estaduais goianas se propôs preparar os professores e demais trabalhadores da educação, bem como, as/os estudantes e suas famílias, para a identificação e o combate da violência escolar, especificamente a do tipo *bullying*, que vem ocorrendo no meio escolar. Anunciou-se, também, que estão sendo formados os Núcleos de Programas Especiais (Nupes), em cada uma das unidades escolares selecionadas para a implantação do programa. Estes



núcleos seriam o elo entre as escolas e a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, para efetivação do programa “*antbullying*” (GOIÁS, 2011).

A respeito dos conceitos e concepções da Seduc/GO sobre violência, violência na escola, do tipo *bullying* ou não, os documentos, que veiculam o programa de combate e enfrentamento, não esclarecem, expressando apenas que objetivam “identificar e combater os casos de violência física e psicológica na escola” (GOIÁS, 2011). O que foi possível constatar na análise do programa é que ele está mais para um meio de propagandear e manter o atual governo na mídia goiana, como já foi constatado em análises de outros programas governamentais (BEZERRA, 2007; PAZ, 2007; SANTOS, 2007), do que uma efetiva política de ação e atuação na eliminação da violência nas escolas.

Os documentos disponibilizados pela Seduc/GO, até o momento, não trazem os resultados advindos da implantação do Programa nas escolas. Os relatórios publicados expressam somente o número de professores contemplados com o curso de formação, porém não esclarecem como essa formação se efetivou no interior das escolas envolvidas. Não elucidam se os números da violência escolar diminuíram ou quais as condições, além da formação, foram dadas aos professores, aos estudantes, às famílias e aos demais profissionais educativos para enfrentarem e combaterem o *bullying* ou qualquer tipo de violência que ocorrem nos espaços escolares. Não constam nos relatórios quais foram as ações de enfrentamento à violência desenvolvidas no curso de formação ou qual a participação dos pais para a efetivação do programa. Ademais, sobre o envolvimento dos pais, nessa etapa de implantação do programa, não há qualquer referência.

Outra questão que pode ser levantada é como a cultura da paz pode ser cultivada nas escolas estaduais, se nem todas foram contempladas com o programa proposto pela Seduc/GO, se escolas de uma mesma subsecretaria ou até de uma mesma região não contaram com a implantação simultânea do programa *antbullying*, uma vez que “a sequência de atendimento das escolas [para implantação do programa] se dá por meio de demanda, solicitações e regiões com maior índice de violência” (GOIÁS, 2011).

As famílias dos estudantes são convocadas a participarem do desenvolvimento do programa *antbullying* nas escolas: “É muito importante que



os alunos informem seus responsáveis para participar e conhecer sobre o assunto. Esse grande mal só vai deixar de existir quando houver a envolvimento de todos” (Idem), todavia o programa não esclarece qual seria o papel dos familiares nessa proposta ou como eles poderiam contribuir para o efetivo combate à violência no ambiente escolar.

Certamente, sobre a ausência dos resultados podemos atribuir o pouco tempo entre o início do programa nas escolas e a finalização desse estudo, que foram de seis meses. Entretanto, o alcance do programa a todas as unidades da Rede Estadual de Ensino é pré-condição para um efeito positivo na adoção de ações para o enfrentamento e combate da violência na escola.

FINALIZAÇÃO NECESSÁRIA

Ao finalizarmos este estudo, percebemos que está posto um desafio para o Estado e as escolas públicas: intervir eficazmente para anulação das práticas de violência no ambiente escolar. A violência escolar é um fenômeno que interfere nas relações de produção de conhecimento, que deveriam se efetivar nas dependências da escola. E na modalidade *bullying*, a violência na escola tem contribuído para o afastamento de muitas(os) alunas(os) do espaço educativo, que lhes é garantido como um direito.

Em Goiás, a Rede Estadual de Ensino está buscando possibilidades de intervenção, enfrentamento e prevenção ao *bullying* em suas escolas. O programa ‘Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying’, proposto no ano de 2011, tem como principal objetivo formar as(os) professoras(es) para a detecção e o combate a esse tipo de violência, que sempre existiu, mas que, atualmente, tem se reconfigurado, tornando-se uma questão impeditiva de uma possível escola que promove a cultura para a paz, uma vez que há urgência de os profissionais da educação conhecerem o fenômeno para interferirem nas manifestações de violência, rompendo com a cultura do *bullying* ou de qualquer outra modalidade de violência que se apresente nas dependências da escola.



A questão é que, um programa governamental por si só não consegue solucionar todos os problemas advindos da violência na escola, pois há que se considerar o contexto em que cada escola está inserida, uma vez que a execução do programa e o seu sucesso dependem das condições sócio-históricas da unidade escolar e de todos os atores envolvidos. Estes são essenciais para que os projetos de prevenção e enfrentamento das ações de violência na escola deem certo. Ainda que, neste momento, não seja possível esclarecer se o programa da Seduc/GO foi eficaz ou não no real enfrentamento e na real prevenção do *bullying* nas escolas estaduais.

Pensamos que, ao final de um período de vigência do programa, seja necessária uma avaliação criteriosa dos efeitos e resultados de sua implantação no ambiente escolar. Avaliando questões como a necessidade de se implantar o programa *antbullying*; a teoria adotada e a sua força na resolução dos conflitos; o percurso realizado, ou seja, o processo; os resultados alcançados e sua eficácia no cotidiano da escola, porque pela avaliação será possível evidenciar o impacto do *bullying* ou sua inexistência nos índices escolares, identificar os sinais de ações de violência na escola e suas relações com o próprio clima escolar. Levando à reorganização do programa, implantando novas ações e melhorando as relações estabelecidas no interior da escola. Porque, como afirmou Paulo Freire (1982), “são as relações, mais que qualquer conteúdo, que educam”.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Douglas D. Agressividade, violência e ensino público brasileiro: desafios da Era Contemporânea. Revista Eletrônica Senac On-Line, 2007. Acesso em 16/10/2011.

BEZERRA, Dagmar D. S. *Formação de professores no Projeto LPPE: as concepções reveladas nos discursos dos docentes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

DINIZ, Wilton da S. *As representações sociais da violência na escola*. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Psicopedagogia e Processos Inclusivos) – Centro Universitário Filadélfia.



ELIAS, Maria A. *Violência escolar: caminhos para compreender e enfrentar o problema*. São Paulo: Ática Educadores, 2011.

FANTE, Cléo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. São Paulo: Verus, 2005.

FREIRE, Paulo. Palavra ação. *Mundo Jovem*, Porto Alegre, v. 20, nº. 150, p. 20, out. 1982.

GOIÁS. **Programa de 'Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying' para as escolas estaduais em GO**. Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO). Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br>. Acesso em 17/04/2011.

GONÇALVES, Luiz A. O.; SPOSITO, MARILIA P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 101-138, mar./2002.

GUARESCHI, Pedrinho A.; SILVA, Michele R. da. (Coord.). *Bullying: mais sério que se imagina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LIBÂNEO, José C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (Orgs.). *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. Campinas: Alínea, 2005, p. 19-63.

PAZ, Suelayne L. *A formação e profissionalização docente: alinhamento às orientações do Banco Mundial*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

PEREIRA, Sônia M. de S. *Bullying e suas implicações no ambiente escolar*. São Paulo: Paulus, 2009.

SANTOS, Sebastião P. *Entre o discurso modernizante e a precariedade da prática*: Núcleo de Tecnologia Educacional e Formação de Professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SILVA, Ana B. B. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SPOSITO, Marília P. A instituição escolar e a violência. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 104, p. 58-75, 1998.